

A CAPTURA DA SUBJETIVIDADE EM UMA FÁBRICA DE SARDINHAS ENLATADAS EM SÃO GONÇALO/RJ

Patrícia Santiago de Medeiros Corrêa¹

*Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito- UFF
pat_uff@hotmail.com*

RESUMO: O objetivo deste trabalho é avaliar a partir do estudo de caso envolvendo uma Fábrica de Sardinhas enlatadas, localizada em São Gonçalo (RJ), como as mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir da década de 1990, debatidas por diversos teóricos contemporâneos, se apresentam na prática, afetando a realidade dos trabalhadores. A ofensiva neoliberal e reestruturação produtiva significaram um aumento da precarização das relações de trabalho e do modo de vida dos trabalhadores, estabelecendo diferentes formas de exploração. Neste contexto, experiências de trabalho antes condenáveis foram sendo naturalizadas através do uso de ideologias que afetam a consciência dos explorados incorrendo em um processo de captura da subjetividade. Através de conversas este estudo buscará apreender o olhar dos trabalhadores da Fábrica de Sardinha Enlatadas sobre suas próprias relações trabalho em uma unidade produtiva, onde o trabalho manual é parte essencial do processo de produção e os almejados direitos trabalhistas e previdenciários de acordo com as falas apreendidas não foram efetivados.

PALAVRAS-CHAVES: Trabalho; Subjetividade; Precarização

Mestranda em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Bacharel em Direito pela UFF; Pesquisadora do GEMUT- Grupo de Estudos sobre o Mundo do Trabalho.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa em andamento sobre as relações de trabalho estabelecidas em uma fábrica de sardinhas enlatadas localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. As informações colhidas para este artigo referem-se a fase exploratória da pesquisa de campo, mas que possibilitaram impressões para se refletir sobre dinâmicas do mundo do trabalho em um contexto neoliberal marcado pela precarização do trabalho e desemprego.

Mas ao contrário do que este primeiro parágrafo pode aparentar este não será um estudo sobre como as relações de trabalho sofreram com as grandes mudanças em escala mundial dirigidas no sentido de flexibilizar direitos, intensificar jornadas de trabalho e aumentar o exército industrial de reserva visando à redução dos salários.

Todo o esforço despedido nesta pesquisa será no intuito de relacionar estes fatos sociais que muitas vezes são analisados através das grandes estruturas como a política, as instituições e estatísticas, com a vida dos trabalhadores do ramo alimentício de conserva de peixes em São Gonçalo. Este trabalho se insere naquilo pode-se chamar de uma espécie relacional de estudo sociológico.

Sabe-se que o processo de industrialização pode ser narrado sob dois olhares – das máquinas que foram introduzidas, e a dos homens que passaram a ser controlados pelas máquinas. DEJOURS (2015) vai propor um método da *descrição subjetiva do trabalho* no qual as vivências dos trabalhadores assumem uma relevância central para o estudo científico. O autor vai apontar ainda para a existência de uma discrepância entre a fala dos operários e a narrativa “gerencial do trabalho” propostas pelas empresas, no qual as mudanças ocorridas na organização do trabalho são freqüentemente tidas como positivas enquanto na prática tem-se aumento o sofrimento dos que necessitam trabalhar para sobreviver.

Em regra, quando um trabalhador pensa em sua vida pessoal e profissional, sua esfera de análise está fechada por sua própria órbita privada. Raramente, os trabalhadores tem consciência da complexa ligação entre suas vidas e o curso da história mundial (MILLS, 1959). Ainda que seja o homem, um ser socialmente articulado, o fato de todos os indivíduos se encontrarem atomizados nas suas próprias experiências, retira-lhes a capacidade de crítica global construída a partir de sua vivência e impede a conexão de sua cotidianidade com a de milhões de outros trabalhadores.

MILLS (1959) vai chamar de imaginação sociológica o exercício permanente de desnaturalização das práticas sociais mais íntimas e privadas para interligá-las com o mundo exterior aos indivíduos. É a busca contínua para localizar a existência do indivíduo e sua biografia

dentro do contexto histórico-social no qual ele está inserido. Essa imaginação sociológica permitiria assim “*levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária adquirem freqüentemente uma consciência falsa de suas posições sociais*”. (MILLS, 1959, p.11)²

Diante desta realidade, o objetivo desse trabalho é refletir a partir da falas de alguns operários de uma fábrica de sardinha em São Gonçalo como esses trabalhadores enxergam suas relações de trabalho e como os novos mecanismos de exploração se relacionam com a subjetividade operária em contexto marcado pelo desemprego, precarização e reconfiguração das relações de trabalho.

1- A RELEVÂNCIA DA SUBJETIVIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Na virada do século XXI, a reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal foram responsáveis por dar uma nova dinâmica ao processo de expansão do capital. No Brasil, a reestruturação produtiva significou mudanças profundas na organização da indústria e na forma de operacionalizar o trabalho. É importante salientar que não se pode compreender a ofensiva neoliberal e a reestruturação produtiva como sinônimas. São processos diferentes, inscritos em distintas dimensões da estrutura capitalista. Nesse sentido, DRUK afirma:

Embora o ideário neoliberal comece a ganhar adesão no contexto da crise do fordismo na década de 70 nos países centrais, não se pode confundi-lo com o processo de reestruturação produtiva que também inicia nessa época. São movimentos de conteúdo e caráter diferentes. O neoliberalismo é um projeto político e econômico e constitui o arcabouço ideológico ideal para consolidar a reestruturação produtiva no contexto da globalização. Esses dois últimos são movimentos de caráter estrutural, cujas mudanças são de mais longo prazo, enquanto que as políticas neoliberais têm um caráter conjuntural. (DRUCK, 1996, p.29)³

Nos países periféricos não houve exatamente um processo de ruptura do modelo fordista para o pós-fordista. No caso brasileiro, por exemplo, se tem na história uma marca forte do trabalho informal, no entanto, estas recentes mudanças tem transformado a ausência de proteção jurídica e social ao trabalhador em um novo paradigma de trabalho. Se durante o período fordista o trabalho informal era visto como uma deformação que precisava ser combatida, hoje passa a ser enxergado como um tipo possível e legal de caminho para o desenvolvimento.

² MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1959.

³ DRUCK, Graça. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. Cadernos CRH, Salvador, n°24/25, 1996, p.29.

O pós-fordismo ao estabelecer novas formas de contratação do trabalhador priorizando a desvinculação jurídica do empregado-empregador através da subcontratação, expansão da informalidade e do trabalho autônomo complexificou as relações de trabalho, interferindo também no plano ideológico: o “culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva” (ANTUNES, 1999, p.48)⁴.

E as inovações trazidas pelo pós-fordismo no âmbito dos métodos de gestão das empresas e nas suas formas organizativas sob a lógica do capital ao se somarem com a fragmentação do movimento sindical e da ação coletiva marcaram um novo momento na relação trabalhador-capital onde a subjetividade ganhou relevância. O que está em jogo não é apenas o aumento da expansão do capital via precarização objetiva das relações de trabalho. As estratégias para se atingir a subjetividade do trabalhador são transformadas em mecanismos para garantir maiores lucros e controle da força de trabalho.

Neste contexto, a *captura da subjetividade* é a constituição de um novo nexos psicofísico capaz de moldar e direcionar ação e pensamento de operários e empregados em conformidade com a racionalização da produção (ALVES, 2013, p.111)⁵. ALVES (2013) aponta para uma nova forma de produção do capital na qual a disposição intelectual e afetiva são direcionadas para cooperar com a lógica da valorização. O operário não apenas produz valor, como também agrega valor através da pró-atividade, formação de equipes, disponibilização de suas habilidades afetivo-comunicacionais na construção de redes de informação e esforço para bater metas.

DEJOURS (2012) também aponta para uma maior relevância da afetividade e da subjetividade no mundo do trabalho nas últimas décadas. Para o autor, houve uma mudança qualitativa na sociedade a partir de 1980 e por de trás das vitrines do progresso haveria um aumento do sofrimento no trabalho acompanhado do desenvolvimento da tolerância à injustiça social.

Evolução que se caracteriza pela atenuação das reações de indignação, de cólera, e de mobilização coletiva para a ação em prol de solidariedade e da injustiça, ao mesmo tempo em que se desenvolveriam reações de reserva, de hesitação e de perplexidade, inclusive de franca indiferença, bem como de tolerância coletiva à inação e de resignação à injustiça e ao sofrimento alheio. (DEJOURS, 2012, p.23)

⁴ ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009, p.48.

⁵ ALVES, Giovanni. Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011, p.111.

Desta forma, alguns dos sentimentos humanos experimentados pelos trabalhadores nesta nova organização do trabalho foram pontuados por DEJOURS (2012) através de estudos sobre a psicodinâmica do trabalho, tais como: o medo de ser incompetente e de se tornar um desempregado, a vergonha do sofrimento no trabalho, sensação de privilégio por parte dos trabalhadores que possuem emprego, ausência de indignação, submissão às mentiras contadas pelos empresários, negação da necessidade de organização coletiva e criação de defesas para justificarem o sofrimento.

Os mecanismos de defesa contribuem para tornar aceitável o trabalho precário, intensificado e mal remunerado. O operário começa a criar justificativas para amenizar o sofrimento vivenciado, ressaltando os aspectos positivos de uma experiência laboral altamente condenável. O trabalho transforma-se em contradição cotidiana fruto da dominação imposta pela exploração.

Existem defesas construídas e empregadas pelos trabalhadores coletivamente. Trata-se de estratégias coletivas de defesa que são especificamente marcadas pelas pressões reais do trabalho. (DEJOURS, 2012, p.35)⁶

Sobre o assunto, ANDRADE (2012) publicou estudo sobre a existência de trabalho análogo a escravidão em Tocantins com base em processos abertos na Justiça Federal no qual se verificou que uma parte significativa dos trabalhadores não se reconhecia como escravo e pontuou *“Há ideologias coletivas que asseguram esta aceitação do trabalhador à exploração”* (ANDRADE, 2012). Em um dos processos houve o arquivamento dos autos com base no depoimento de um dos trabalhadores que assumiu não serem boas as condições de trabalho, mas que para a região onde vivia aquela realidade era normal.

O trabalhador diz que se ele fosse escravo todo mundo seria. Revelando que nem ele mesmo tem condições de avaliar se sua situação é humilhante, porque ele já vive, já nasceu nesta situação e talvez não saiba de outro paradigma de trabalho. Como ele tem condições de avaliar se pode ou não se submeter à escravidão? (ANDRADE, 2012, p.48)⁷

Estas estratégias de defesa utilizadas na maioria das vezes inconscientemente pelos trabalhadores para tornar o trabalho gerador de forte sofrimento em uma experiência palatável possuem relação também com o processo de alienação e aprisionamento da consciência a que estão submetidos no modelo de exploração capitalista.

⁶ DEJOURS, Christophe. *A Banalização da Injustiça Social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

⁷ ANDRADE, Shirley Silveira. *Análise do Consentimento do Escravo Contemporâneo a partir das ideias de Dejours e Gaulecjac*. In: *Confluências*, vol. 14, n2. Niterói: Editora PPGSD-UFF, 2012, p.48.

IASI (2011) aponta para a existência de três estágios da consciência em Marx⁸. Na primeira forma de consciência o indivíduo não conseguiria relacionar suas vivências com o todo social. As relações sociais são naturalizadas, inclusive as baseadas sob os pilares da dominação e exploração. A dimensão histórica da realidade é perdida e o trabalhador passa a acreditar que se o mundo está posto de uma determinada forma é porque assim deve ser. Suas percepções partiriam da sua própria realidade. A subjetividade estaria assim relacionada com a primeira forma de consciência derivada de um processo de alienação.

A alienação que se expressa na primeira forma de consciência é subjetiva, profundamente enraizada como carga afetiva, baseada em modelos e identificações de fundo psicológico. A ideologia agirá sobre essa base e se servirá de duas características fundamentais para exercer uma dominação que, agindo de fora para dentro, encontra nos indivíduos um suporte para que se estabeleça subjetivamente. (IASI, 2011, p.20)⁹

A alienação da classe trabalhadora está intimamente ligada ao mundo do trabalho, pois tem sua origem na propriedade privada e na transformação da força de trabalho em mercadoria. O trabalho alienado para o marxismo teria como um dos seus aspectos a imposição de uma atividade desvinculada do prazer, capaz de gerar forte sofrimento. O trabalho seria assim coisificador, isto é, perderia sua condição de humanização. O trabalhador na medida em que exerce sua atividade, estaria alienando a si próprio. Essa autoalienação no trabalho estaria pautada na necessidade de sobrevivência e não na possibilidade de produzir em prol da humanidade.

A questão passa a ser verificar na prática como esse processo de alienação colabora para a captura da subjetividade – uma das estratégias adotadas pelas empresas para garantir a manutenção e aumento do *mais valor* a partir da própria iniciativa dos trabalhadores.

2- PESQUISA DE CAMPO

2.1- UM BREVE HISTÓRICO DA FÁBRICA DE SARDINHA ENLATADA

⁸ Na segunda forma de consciência, a chamada consciência em si, o indivíduo busca no grupo a superação de suas necessidades imediatas. É o que acontece com os operários quando deflagram uma greve por exemplo. No terceiro e último estágio, a consciência para si ou revolucionária, o proletariado se reconheceria enquanto classe para posteriormente negar sua própria existência. É a consciência da transformação da ordem capitalista.

⁹ IASI, Mauro Luis. Ensaio sobre Consciência e Emancipação. São Paulo: Expressão Popular. 2 Ed, 2011.

Em consulta aos dados da Prefeitura de São Gonçalo revelaram que a fábrica tenha iniciado sua produção na década de 1940 na mesma época em que várias outras empresas de conservas também foram fundadas no município.

Dados da Receita Federal apontam que de 2006 até outubro 2015 a situação cadastral da empresa era fechada isto é, a fábrica abriu processo de falência durante este período. Antes da falência, essa empresa chegou a possuir uma matriz e duas filiais, totalizando três estabelecimentos. Na matriz, a última movimentação registrada de funcionários ocorreu em agosto de 2004, mas nos demais estabelecimentos houve movimentação até janeiro de 2006¹⁰.

Pesquisa elaborada por MENDONÇA (2007) revelou que esta fábrica, antes do período de falência, produzia cerca de 90 mil latas de sardinha por dia. Para se ter uma referência do que esse valor significa para a indústria de conservas de pescado, a segunda maior fabricante de sardinhas enlatadas do Brasil, produzia no mesmo período 500 mil latas por dia. Isto significa que estamos diante de uma unidade produtiva que chegou a possuir médio porte.

A falência desta fábrica se inscreve em um contexto de fechamento de outras fábricas de conservas em São Gonçalo. Sobre o assunto, Mendonça salienta que a retração na produção de conservas e pescado no referido município pode ser atribuída “à *diminuição da produtividade do setor e à escassez de matérias-primas, simultaneamente ao agravamento das crises econômicas do Estado e à ausência quase que absoluta de planejamento industrial e de qualquer projeto de reorganização espacial no município.* (2007, p.139). O autor diz ainda:

À exceção das conservas Coqueiro, as outras empresas tecnologicamente desatualizadas foram paulatinamente encerrando as atividades ou operando mais lentamente. Somados aos processos de abertura do mercado, crises econômicas e defasagem tecnológica, as empresas de pequeno e médio porte remanescentes foram levadas à falência, o que agravou consideravelmente o problema do desemprego em São Gonçalo. (MENDONÇA, 2007, p.143)¹¹

É importante salientar que a escassez de matéria prima relatada pelo autor é fruto também do processo de degradação ambiental provocado pelas indústrias que se instalaram no entorno da Baía de Guanabara que abrange diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro, entre eles - São Gonçalo. Essas indústrias despejavam seus resíduos poluentes e esgotos nas águas da referida Baía

¹⁰ Dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego

¹¹ MENDONÇA, Adalton da Motta Mendonça. *Transformações Sócio-Econômicas no eixo Niterói-Manilha em São Gonçalo/RJ.* 2007. 249 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

que eram inicialmente um pólo da pesca para dezenas de pescadores. Em 2013, a Coordenadoria de Combate aos Crimes Ambientais fechou uma outra fábrica de sardinha na mesma região que estava despejando resíduos industriais no mar sem qualquer tipo de tratamento.

A fábrica de sardinha em questão neste estudo sofreu constrangimentos por outros motivos. Em 2009, a Delegacia Regional do Trabalho verificou a existência de 237 trabalhadores sem registro isto é, todos os seus trabalhadores naquele momento. Este dado é importante para confirmar o que pesquisa de campo realizada neste estudo revelou: mesmo em estado de falência, a empresa continuou suas atividades produtivas, sem garantir aos trabalhadores do local o acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Em 2014, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins elaborou denúncia informando a existência de falso trabalho cooperativado. O estabelecimento de uma cooperativa poderia ser uma justificativa para o não registro dos trabalhadores da fábrica. Mas a pesquisa de campo demonstrou que a maioria dos trabalhadores abordados não possui qualquer referência organizativa nesta cooperativa. Este avaliação também foi confirmada pelo atual Vice-Presidente do sindicato da categoria:

Eu estive na OCB, que é a Associação das cooperativas. A OCB não sabia nada sobre essa cooperativa. Sabia que existia, mas não sabia a fundo de que forma a cooperativa estava trabalhando... nada sobre atas das assembleias. Porque você chega lá, os empregados não se reconhecem como cooperativados. Eles dizem que são empregados da X. Porque eles são contratados dessa maneira, como empregados. Aí na hora da demissão é que eles vão descobrir que são cooperativados. (Juliano de Freitas, Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins)

Diante deste cenário, esta pesquisa tem como campo de estudo o que restou da estrutura e funcionamento em uma das suas filiais da empresa onde teoricamente uma cooperativa de trabalhadores atua cedendo mão de obra terceirizada na atividade fim, isto é, durante o processo produtivo das sardinhas enlatadas.

2.2 - A FÁBRICA E A LEI DO SILÊNCIO

Marca de 2014 o interesse da pesquisadora pela fábrica e o início de alguns diálogos com os operários do local. A pesquisa de campo, no entanto, se iniciou oficialmente em março 2015. A metodologia consiste na observação participante através de conversas realizadas durante o horário

de chegada na fábrica, entre 06h e 07h da manhã. Foi realizada também uma visita a tradicional Feira de Neves local de grande circulação de pessoas nos finais de semana em São Gonçalo com o objetivo de colher mais informações sobre a fábrica por intermédio de outros trabalhadores da cidade.

Na fábrica trabalham um pouco mais de 100 (cem) operários. A composição social dessa unidade produtiva é majoritariamente de mulheres negras. Foi identificado ainda a presença de pelo menos duas mulheres trans e uma outra que afirmou ter “*uma companheira*”. Também é possível encontrar homens em menor quantitativo.

A escolha por essa fábrica aconteceu, pois ao contrário de muitos locais de trabalho onde a presença de figuras estranhas enseja uma reação verbalizada de curiosidade imediata seja ela receptiva ou não, o que se expressou na Fábrica de Sardinha foi o silêncio. Os trabalhadores praticamente não conversavam com pessoas consideradas “de fora”. E esse comportamento atípico tornou-se uma inquietação: por que essa ausência de palavras e gestos? Seria medo, indiferença ou desconfiança? Haveria um elemento não perceptível aos olhos a ser desvendado?

A fábrica ainda conservava o nome em sua fachada pintada nas cores branca e verde. Nos uniformes brancos dos trabalhadores estava escrito em verde o nome da empresa falida. Pelas falas captadas nesta fase inicial da pesquisa, não existiam dúvidas, eles são operários contratados por uma empresa fechada por motivo de falência. No entendimento desses operários, existiria uma clandestinidade no funcionamento da empresa que teria reaberto suas atividades mesmo tendo sido decretada sua falência.

Essa suspeita de irregularidade não seria uma peculiaridade desses trabalhadores. Sobre o assunto a autora Graça Druck caracteriza o Brasil como um país onde o desrespeito a legislação trabalhista e o favorecimento de fraudes seriam parte presente da forma de organização do capital:

Brasil (...) cuja precarização está apoiada, cada vez mais, na informalidade e na ilegalidade, apoiada nas políticas de cunho neoliberal do Estado e na liberdade de ação empresarial – com ou sem o respaldo em leis – que não só flexibilizaram o uso da força de trabalho, mas que favoreceram a fraude e a fuga ao cumprimento das normas e das já limitadas obrigações trabalhistas (DRUCK, 2007, p.35)¹².

Ao identificarem que trabalham em uma empresa que pode estar associada a uma fraude encontra-se a primeira justificativa para o silêncio experimentado pela pesquisadora nos primeiros

¹² DRUCK, Graça. A flexibilização e a precarização do trabalho na França e no Brasil: alguns elementos de comparação. In ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXXI, 2007, Caxambu.

contatos com a fábrica. A situação de ilegalidade da empresa foi incorporada por uma parte desses trabalhadores. Por necessitarem do emprego, estas trabalhadoras se sentem em uma relação de co-dependência com o patrão. Elas agem como se a partir do momento que aceitaram trabalhar nas condições previamente estipuladas pela empresa, tivesse se estabelecido aparentemente uma relação de cumplicidade tácita em relação à violação de direitos.

O silêncio não era apenas uma expressão individual, era uma reação coletiva. Era um silêncio pactuado, forjado em meio a sentimentos de medo e persuasão. O medo de figuras desconhecidas era também o medo que aquela vivência de exploração fosse revelada, tornada pública e com isso, houvesse um impacto econômico que resultasse na perda irreversível dos postos de trabalho.

A superação dessa fase inicial marcada pelo silêncio aconteceu naturalmente. Aos poucos os trabalhadores foram percebendo que o objetivo da pesquisa não era a promoção de uma investigação visando à formulação de uma denúncia, mas sim a tomada de conhecimento sobre aquela relação de trabalho. E por também necessitarem de informações sobre a situação real da fábrica, alguns deles começaram a colaborar com a pesquisa, através de conversas rápidas realizadas na chegada ao trabalho.

2.3- ASPECTOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO NA FÁBRICA DE SARDINHA

Quando perguntados pela carteira de trabalho eles informaram que recebiam um salário mínimo e que o patrão não assinava a carteira. Ao conversar com o vigia da fábrica o mesmo informou que trabalhava há 10 anos recebendo um salário mínimo e se indignou ao contar sobre a não oficialização do vínculo empregatício.

Como pode funcionar aqui durante 10 anos sem assinar a carteira de ninguém? E a Justiça? Ninguém faz nada? Ninguém vê? (Carlos¹³, 68 anos, vigia da fábrica, operário aposentado)

Uma senhora disse então: *“Sou aposentada, não poderia estar trabalhando, para mim essa situação precisa ficar como está”*. No Brasil, a aposentadoria não é impedimento para o trabalho, desde que o benefício não tenha sido adquirido por motivo de invalidez o que não era o caso.

¹³ Os nomes apresentados neste trabalho são fictícios visando resguardar a identidade dos trabalhadores

Outra trabalhadora respondeu que embora não tivesse sua carteira assinada considerava o trabalho muito bom, pois encontrava benefícios não vivenciados em outras experiências de trabalho.

Trabalho limpando a caixa da sardinha. Lavo a caixa para ser usada novamente. Estou aqui enquanto não arrumo outro emprego. Aqui é bom de trabalhar, tem café, almoço e lanche. Trabalho das 07h às 17h. Às vezes fico até às 20h para ganhar hora extra. É bom de trabalhar mesmo. Os encarregados respeita a gente. Na outra firma onde trabalhei, os encarregados davam em cima de todo mundo. Aqui não. Aqui todo mundo é legal. (Joana, 54 anos, limpadora de caixa)

Este ponto parecia ser uma questão não consensual entre as operárias. Marcela que era mais jovem, no entanto, afirmou que gostaria de ter a carteira assinada e desabafou: *“Alguém precisa fazer alguma coisa para acabar com isso”*. Ticyane, 48 anos, afirmou: *“Estamos aqui só por necessidade. Os homens dos estaleiros que fecharam estão todos aqui, não tem emprego lá fora”*.

Outro elemento também se soma a essa análise. Em junho de 2015, o operário João, disse: *“Aqui só trabalha gente marginalizada, gente que não consegue emprego em outro lugar”*. João falava da composição social dos trabalhadores da fábrica como isso justificasse o grau de exploração imposto. Referia-se também as dificuldades que uma determinada fração da classe trabalhadora encontra na busca por um emprego estável e formal. Trabalhadores que acumularam vivências de desrespeito aos direitos trabalhistas de tal forma que já não se percebem merecedores de tamanho “privilégio”.

O único lado bom daqui é que você trabalha com tudo quanto é tipo de gente. Tem travesti, ladrão, prostituta, ex-presidiário... tudo quanto é tipo de gente com o nome sujo. Ninguém quer dar emprego para eles lá fora. Mas aqui eles arrumam dinheiro para sobreviver trabalhando. (Ticyane, 48 anos, trabalha no setor de corte da sardinha)

E neste ponto que se podia verificar a existência de certo grau de aparente persuasão. Após sucessivas experiências no mercado de trabalho, estes trabalhadores foram convencidos de que realmente merecem ter sua força de trabalho reduzida à condição de uma mercadoria altamente desvalorizada. As falas de João e Ticyane são expressão do sentimento de descarte. Estes sujeitos passaram suas vidas recebendo o tratamento de “coisas”. Tornaram-se objetos usados e descartados nas mãos de diversos empregadores. E essa coisificação, baseada na transformação do trabalho humano em uma mercadoria inferior, os subjetivou a tal ponto que até as formas mais condenáveis de exploração foram naturalizadas.

E esses sentimentos também permeavam o ambiente da Fábrica de Sardinha, sendo fruto da consciência estimulada sobre esses trabalhadores. E essa ideologia não possuía somente uma dimensão econômica isto é, não está apoiada somente no medo de perder o emprego e na necessidade de sobrevivência. Como se via em algumas falas, ela estava associada a uma dimensão social que atingia inclusive a subjetividade em escala coletiva.

A desproteção jurídica e social do trabalhador é muito condenável para o meio acadêmico, jurídico e o mundo dos movimentos sociais e sindicais. Mas para aqueles trabalhadores algumas características da relação de trabalho na fábrica a tornavam ambivalentes. Se por um lado, era notório que existia uma insatisfação pela não legalização da relação de trabalho pelo empregador, por outro, este trabalho possuía diferentes significados para quem o vivenciava.

Para uma pessoa que já esteve em contato com as drogas e foi habitualmente repreendida através de olhares a sua volta, este trabalho pode reintegrá-la socialmente em outra condição, transferindo inclusive o papel de “fora da lei” para o seu empregador. Ou mesmo, abandonar a prostituição para trabalhar em uma fábrica onde se bate o cartão às 07h da manhã, pode representar uma mudança de rotina com a pretensão de tornar mais aceitável para familiares os meios pelos quais se obtém a sobrevivência econômica.

Sobre a remuneração, verificou-se a existência de duas formas de pagamento. No corte da sardinha onde só trabalhavam mulheres, algumas eram funcionárias fixas e outras trabalhavam no que elas chamavam de regime de “empreitada”. De acordo com elas, a empreitada consistia em uma contratação diária dependendo do volume de sardinha a ser limpa.

Na empreitada, as trabalhadoras se dirigiam ao local da fábrica sem terem a certeza que seus serviços eram necessários. Caso o encarregado as convocasse para o trabalho elas receberiam um real e cinquenta centavos para cada caixa de sardinha limpa com aproximadamente 25 quilos. O valor da remuneração ao final do dia dependia da capacidade de produção de cada uma delas. E caso a mão de obra delas não fosse necessária em um determinado dia, o prejuízo com o transporte até a fábrica era de responsabilidade do trabalhador.

Esta forma de pagamento parecia não ocorrer exatamente da mesma forma, porém com características muito parecidas em uma outra fábrica de sardinha da redondeza. Durante as abordagens realizadas na tradicional Feira de Neves conversamos com um feirante que trabalhou durante 35 anos em frente à outra fábrica de sardinha da região. Ricardo afirmou que nesta outra fábrica o empregador assinava a carteira de todos os operários e além de receberem um salário mínimo de forma fixa, ganhavam um valor conforme a produtividade.

Lá elas cortam a sardinha na mão mesmo. Tiram a cabeça e as tripas. A cada tabuleiro de 25kg que elas limpam, elas ganham R\$1,50. Mas tem mulher que com habilidade que limpa 60 tabuleiros por dia. Faz a conta quanto que dá 60 tabuleiros de 25kg por dia? Elas ganham um dinheirinho bom. Mas o movimento é muito rápido. Só usam a mão e uma faca amolada. Você nem vê elas cortando de tão rápido. Eu lembro que tinham dois viados que chegavam a limpar 80 tabuleiros... Mas esses 25kg são computados sem a cabeça e as tripas. (Ricardo, 59 anos, vendedor de gaiolas e acessórios para pássaros na Feira de Neves, São Gonçalo)

Sobre a jornada de trabalho, uma delas respondeu: *“Depende, quando chega o peixe a gente trabalha mais, entramos às 07h e largamos às 19h, e quando tem pouco peixe saímos às 17:00h”*. A preferência pela jornada de trabalho extensa se justificava pela possibilidade ilusória de maiores ganhos remuneratórios ao final do dia. Já para as trabalhadoras fixas, a idéia de trabalhar até mais tarde é reprovada.

As operárias contratadas para receberem de acordo com a produtividade são um exemplo de como a captura da subjetividade se relaciona com a organização do trabalho. De acordo com suas falas, elas recebiam uma quantia mínima para cada tabuleiro de peixe limpo. Por não terem estabelecido um salário fixo, a remuneração dependia essencialmente da intensidade do trabalho e do alargamento da jornada de trabalho. Para ganharem mais, elas chegavam a trabalhar das 07h às 19h isto é, doze horas seguidas em pé, realizando um trabalho manual e fisicamente desgastante.

MARX aponta para a capacidade manipulatória que esta forma de pagamento cria nos trabalhadores. Para o autor, o salário por peça não é senão uma forma modificada do salário por tempo (MARX, 2015, p.621)¹⁴. No capitalismo, o salário é uma forma falsa. O salário faz parecer que toda a jornada de trabalho é remunerada quando na verdade ele representa uma parte do tempo de trabalho necessário destinado à subsistência do trabalhador.

O salário por peça é assim uma ilusão, pois na prática, o valor pago pela peça não altera o tempo de trabalho excedente para sua produção. Logo o capitalista continua dispondo do mais-valor produzido em sua totalidade, sem nenhum tipo de variação. Ainda que possam ocorrer pequenas diferenças individuais no salário, a depender da capacidade, força física e habilidade do trabalhador, o salário por peça em nada altera a relação capital trabalho. E o mais valor produzido pelo conjunto dos trabalhadores se compensa.

Mas o salário por peça permite que o trabalhador intensifique sua jornada de trabalho por vontade própria. Como a qualidade e a intensidade do trabalho são, aqui controladas pela forma-

¹⁴ MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2015, p.621.

salário, esta torna supérflua grande parte da supervisão do trabalho (MARX, 2015, p.624)¹⁵. E com base nesta premissa que o pós-fordismo se apóia. O trabalhador passa a vigiar sua própria ação. Além de produzir mais-valor, seu pensamento está focado na produção e é neste instante que ocorre a “captura” da subjetividade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início da pesquisa em uma fábrica de sardinha enlatadas no município de São Gonçalo revelou um aumento do processo de precarização das relações de trabalho no Brasil recente. Em uma década, uma empresa legalizada fechou dando lugar a uma nova conformação produtiva de caráter incerto, onde uma centena de trabalhadores passou a não ter mais resguardados os seus direitos trabalhistas e previdenciários, sendo que a maior parte dos operários foi demitida.

O estabelecimento de uma cooperativa juntamente com uma empresa em fase de falência e recuperação judicial aparece como um método requintado de exploração que garante o funcionamento da fábrica através de um rearranjo legal de forma a burlar direitos. A figura do patrão é desconhecida tanto em imagem quanto nome. Mas para os operários ele existe, pois a maioria não reconhecia a legitimidade de uma cooperativa no local.

Esse é mais um exemplo das mudanças ocorridas nas formas de estruturação da produção e organização das indústrias sob o domínio do capital nos últimos anos. As relações estabelecidas entre os patrões e os trabalhadores sofreram metamorfoses de tal modo que pessoas trabalham desconhecendo quem as contratou ou mesmo para onde vai o produto final de seu processo de trabalho. O trabalho torna-se assim cada vez mais alienado.

Mas o que a pesquisa encontrou de mais relevante foi perceber que a captura da subjetividade se manifestou em vários momentos, desde a abordagem inicial no qual uma lei do silêncio parecia resguardar aquela vivência de exploração, passando pela afetividade experimentada por algumas operárias em relação aos encarregados, até a forma de pagamento baseada no trabalho por peça. Mas não apenas isso. A subjetividade também foi moldada pela biografia dos trabalhadores, que carregavam nas costas as dores de experiências ainda mais degradantes de exploração. Soma-se a isso o fato da maioria dos operários morarem em São Gonçalo, município que viveu um processo de desindustrialização a partir dos anos 1980, o que fez diminuir os índices de ocupação industrial e desemprego em geral.

¹⁵ Idem

Além disso, nas falas captadas por essa pesquisa foi possível averiguar que o processo de confisco da subjetividade não ocorre de maneira totalmente consensual. Ao passo que muitos dos entrevistados reproduziam os discursos em consonância com o bem estar da gestão da empresa ou mesmo de reprodução naturalizada da experiência em curso, por outro lado a ambivalência dessas falas também foi verificada pelos questionamentos em relação à omissão da Justiça e do desejo de experimentar uma relação formal de trabalho.

Este trabalho foi apenas um primeiro passo na constituição de uma pesquisa maior sobre as relações de trabalho nas fábricas de sardinhas em São Gonçalo. Aos poucos será possível compreender a lógica global que se estabelece na produção do mais-valor nestes ramos da produção capitalista ainda pouco explorados por pesquisas acadêmicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANDRADE, Shirley Silveira. *Análise do Consentimento do Escravo Contemporâneo a partir das ideias de Dejours e Gaulecjac*. In Confluências, vol. 14, n2. Niterói: Editora PPGSD-UFF, 2012.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

DEJOURS, Christophe. *A Banalização da Injustiça Social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DRUCK, Graça. A flexibilização e a precarização do trabalho na França e no Brasil: alguns elementos de comparação. In ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXXI, Caxambu, 2007.

DRUCK, Graça. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. Cadernos CRH, Salvador, nº24/25, 1996.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2015.

MENDONÇA, Adalton da Motta Mendonça. *Transformações Sócio-Econômicas no eixo Niterói-Manilha em São Gonçalo/RJ*. 2007. 249 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1959.

IASI, Mauro Luis. Ensaio sobre Consciência e Emancipação. São Paulo: Expressão Popular. 2 Ed, 2011.